

Ata de Reunião (Nº 368)

Aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, às oito horas e trinta minutos, por meio de videoconferência, realizou-se Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Previdência (C.M.P.), com a presença dos membros titulares: Adriana Rambaiolo Tonin (CP RPPS CODEL I), Adriano Antônio Pazianoto (ANBIMA CPA-10, CP RPPS CGINV III, CP RPPS DIRIG III e CP RPPS CODEL II), Estevan Pietro, Giuliano Cléber Coltro (CP RPPS CODEL I) e Rosimere Cleide Souza Desidério (CP RPPS CODEL II); membros suplentes no exercício da titularidade: Mário José Piccarelli de Castro (ANBIMA CPA-20, CP RPPS CGINV I e CP RPPS DIRIG I); membros suplentes: Silvana Aparecida da Rocha Delfino (CP RPPS CODEL I) e Bruno Santana Costa. Ainda, participaram da reunião o Diretor-Superintendente, Coronel Miguel Elias Daffara (CP RPPS DIRIG I), e o Diretor Técnico Wilclem de Lazari Araujo (ANBIMA CPA-10, CP RPPS CGINV I, CP RPPS CODEL II, CP RPPS COFIS II e CP RPPS DIRIG III). Justificaram suas ausências antecipadamente: Teresa Cristina Sicoli Vilela (CP RPPS CODEL II). **A reunião contou com a seguinte pauta: I – Atos Preparatórios: 1.1) Verificação de quórum legal. 1.2) Palavra da Presidência. 1.3) Palavra da Superintendência/Diretoria. 1.4) Palavra dos Membros. II – Atos Ordinatórios: 2.1) Votação das Atas das Reuniões Anteriores (366 e 367); 2.2) Informações sobre cursos: 2.2.1) Cursos EAD e presenciais disponíveis: 2.2.1.1) Plataforma de Cursos da ABCPREV, acessível em <https://abcprev.eadplataforma.app/>; 2.2.1.2) Eventos Previdenciários presenciais (de assuntos gerais) já anunciados e confirmados: RH para RPPS – Gestão – E-Social – 21 e 22 de julho de 2026 – São José do Rio Preto/SP; Encontro Previdenciário da APEPREM – 22 e 23 de julho de 2026 – Ilha Solteira/SP; 5º Seminário Nacional de Investimentos da ANEPREM – 29 a 31 de julho de 2026; Capacitação Técnica Referente aos Módulos I e II do IFBrA – 17 de agosto de 206 – 08h30min - RIOPRETOPREV; XIX Encontro Jurídico e Financeiro da APEPREM – 25 a 27 de agosto de 2026, Águas de Lindóia/SP; 14º Congresso Brasileiro de Conselheiros de RPPS da ABIPEM – de 2 a 4 de dezembro de 2026 em Fortaleza/CE. III – Ordem da Pauta do dia: 3.1) Eleição da Mesa Diretora do Conselho para 2026-2027; 3.2) Apreciação sobre a possibilidade de locação de imóvel integrante do ativo da RIOPRETOPREV pelo período de 60 (sessenta) meses (mediante licitação e pelo valor mínimo da avaliação oficial); 3.3) Apreciação e deliberação do Relatório de Governança Corporativa do 1º Trimestre de 2026; 3.4) Apreciação e deliberação do Relatório do Controle Interno do 1º Trimestre de 2026; 3.5) Apreciação e deliberação do Relatório de Investimentos do 1º Trimestre de 2026; 3.6) Apreciação e votação do balancete contábil referente ao mês de abril de 2026; 3.7) Apreciação e votação das informações sobre o desempenho da carteira de investimentos da entidade no mês de abril de 2026; 3.8) Apresentação das decisões do Comitê de Investimentos no mês de maio de 2026, para ciência e referendo. A**

40 reunião teve início com a verificado do quórum, que estava de acordo com o §8º do art.
41 104 da Lei Complementar nº 139/2001, com redação dada pela Lei Complementar nº
42 364/2012. O Presidente do Colegiado, Adriano Antônio Pazianoto, declarou aberta a
43 reunião e informou que não haveria manifestação específica na palavra da Presidência,
44 considerando que a pauta da reunião contemplaria a eleição da Mesa Diretora do Conselho
45 para o biênio 2026-2027. Em seguida franqueou a palavra à Diretoria. O Diretor-
46 Superintendente, Miguel Elias Daffara, cumprimentou o Presidente do Colegiado, Adriano
47 Antônio Pazianoto, e os demais conselheiros e conselheiras, e apenas desejou a todos uma
48 ótima reunião. Aberta a palavra aos membros, a Conselheira suplente Silvana Aparecida da
49 Rocha Delfino registrou agradecimento pela oportunidade de participar do 59º Congresso
50 Nacional da ABIPEM, destacando que a experiência foi muito proveitosa para
51 compreender melhor o funcionamento da RioPretoPrev e dos Regimes Próprios de
52 Previdência Social. Relatou que, inicialmente, acreditava que sua missão como conselheira
53 já estaria cumprida, mas que o evento demonstrou a necessidade de continuidade dos
54 estudos, especialmente diante das discussões sobre possível nova reforma previdenciária e
55 dos impactos decorrentes de diversas Ações Diretas de Inconstitucionalidade em
56 tramitação. Informou que, durante o congresso, foi possível compreender que algumas
57 dessas ações já contam com formação de maioria no Supremo Tribunal Federal e podem
58 impactar fortemente os RPPS que realizaram reformas previdenciárias amplas, inclusive em
59 temas relacionados a agentes comunitários de saúde e guardas municipais. Destacou que os
60 debates evidenciaram a preocupação com decisões judiciais que, embora voltadas à
61 proteção dos servidores, podem gerar impactos relevantes no equilíbrio financeiro e atuarial
62 dos regimes próprios, sendo necessária ponderação entre direitos individuais e
63 sustentabilidade do sistema. Também mencionou que foram apresentadas experiências de
64 outros entes, especialmente do Município de Linhares, que desenvolve trabalho voltado ao
65 cuidado com servidores aposentados, além de iniciativas do Estado de São Paulo
66 relacionadas ao cuidado com idosos e servidores. Por fim, afirmou que o congresso foi um
67 momento de grande aprendizado, que posteriormente será detalhado em relatório próprio,
68 deixando espaço para complementação pelas demais conselheiras participantes. A
69 Conselheira Rosimere Cleide Souza Desidério cumprimentou os presentes e agradeceu a
70 oportunidade de participação no congresso, destacando que, desta vez, a organização da
71 viagem permitiu a chegada com antecedência, o que favoreceu o melhor aproveitamento
72 do evento, embora não tenha sido possível acompanhar integralmente o encerramento em
73 razão do horário do voo e da distância até o aeroporto. Informou que o relatório de
74 participação já está em elaboração e registrou algumas impressões e ideias decorrentes das
75 palestras. Destacou, inicialmente, a apresentação de projetos nacionais de educação
76 financeira vinculados à cultura previdenciária e à educação financeira de crianças, como o
77 projeto “Poupadores do Futuro”, bem como a existência de materiais do Banco Central e
78 a previsão de produção de conteúdos pelo MEC alinhados à BNCC - Base Nacional

79 Comum Curricular. A partir disso, sugeriu que a RioPretoPrev estude a possibilidade de
80 oferecer formação aos professores da rede municipal, utilizando materiais já existentes, para
81 que possam replicar conteúdos de educação financeira e previdenciária em sala de aula,
82 considerando que muitas dessas crianças poderão ser futuros servidores. Também
83 mencionou palestra sobre investimentos à luz da Resolução CMN nº 5.272/2025, com
84 apresentação de experiência relacionada ao crédito consignado como alternativa de
85 investimento, destacando pontos como benefício social, taxas menores que as de mercado,
86 rentabilidade superior à meta atuarial, segurança por meio de seguro prestamista e fundo
87 garantidor, além de possível fortalecimento da economia local, sugerindo que o tema seja
88 estudado pela RioPretoPrev para eventual análise futura. Por fim, ressaltou a relevância da
89 palestra sobre decisões do STF e do STJ com impactos nos RPPS, na qual foram
90 apresentados diversos casos em andamento e seus possíveis efeitos para os regimes
91 próprios, tema que entende ser de acompanhamento necessário pelos técnicos da
92 Autarquia. Concluiu agradecendo a oportunidade de participação, a organização da viagem
93 e a companhia dos demais participantes, afirmando que, a cada congresso, surgem novos
94 aprendizados e atualizações importantes para o exercício da função de conselheira. O
95 Conselheiro Giuliano Cléber Coltro agradeceu a organização e a logística da participação
96 no congresso, registrando que, desta vez, tudo ocorreu adequadamente. Informou que
97 concentrou sua participação especialmente nas palestras voltadas à área de investimentos,
98 com destaque para a Resolução CMN nº 5.272/2025, ressaltando a importância de ouvir
99 diretamente pessoas que participaram da elaboração da norma, o que permite compreender
100 melhor seus fundamentos, objetivos e resultados, além dos pontos críticos usualmente
101 comentados. Destacou que a RioPretoPrev foi reconhecida como uma das melhores na
102 área de investimentos e afirmou que o congresso reforçou a percepção de que o tema exige
103 estudo contínuo e aprofundamento permanente. Por fim, parabenizou o Comitê de
104 Investimentos e a equipe da RioPretoPrev pelo trabalho realizado, reconhecendo a
105 complexidade de buscar bons resultados com controle de riscos, e agradeceu novamente à
106 equipe responsável pela organização da viagem. A Conselheira Adriana Rambaiolo Tonin
107 questionou a Conselheira suplente Silvana Aparecida da Rocha Delfino sobre a possível
108 alteração envolvendo a Guarda Municipal, informando não estar a par do tema. Em
109 resposta, Silvana Aparecida da Rocha Delfino esclareceu que a discussão se refere à
110 aposentadoria especial, observando que, atualmente, os guardas municipais não possuem
111 direito a essa modalidade de aposentadoria. O Diretor Técnico, Wilclem de Lazari Araujo,
112 esclareceu, a título de colaboração, que existe o COPAJUR, órgão de âmbito federal mantido pelo
113 Ministério da Previdência, de caráter não deliberativo, voltado ao acompanhamento de teses
114 jurídicas com potencial repercussão nos RPPS, especialmente no STF, STJ e, eventualmente, em
115 tribunais de contas. Informou que a RioPretoPrev acompanha as reuniões do órgão e busca integrar
116 formalmente esse espaço, destacando que muitas das matérias discutidas no congresso já eram
117 conhecidas pela equipe técnica. Ressaltou, por fim, que a Autarquia permanece atenta às possíveis
118 repercussões jurídicas, mas que, até o momento, a situação local encontra-se sob acompanhamento

119 e sem maiores preocupações imediatas. O Diretor Técnico, Wilelem de Lazari Araujo, informou
120 que o tema relativo ao empréstimo consignado como alternativa de investimento poderá ser tratado
121 posteriormente, com maior aprofundamento, por não ser o assunto principal da reunião. Esclareceu
122 que o Comitê de Investimentos já iniciou os estudos sobre a matéria, que a RioPretoPrev está
123 acompanhando o tema e que novas informações vêm sendo levantadas para subsidiar eventual
124 análise futura. Reforçou que o estudo sobre empréstimo consignado como alternativa de
125 investimento não se limita à análise de custos, pois envolve aspectos mais complexos, especialmente
126 risco, rentabilidade e cenário de juros. Observou que, em contexto de taxas de juros elevadas, o
127 consignado nem sempre tende a superar alternativas, considerando que seu risco pode ser maior.
128 Ainda assim, afirmou que o tema está sendo estudado por representar uma possibilidade
129 interessante de diversificação futura da carteira. Por fim, colocou-se à disposição dos conselheiros
130 para tratar do assunto com mais calma, bem como para esclarecer dúvidas sobre outros temas
131 envolvendo o Supremo Tribunal Federal e possíveis impactos nos RPPS. O Presidente do
132 Colegiado, Adriano Antônio Pazianoto, questionou se algum conselheiro desejaria fazer uso da
133 palavra e, não havendo novas manifestações, passou aos atos ordinatórios, iniciando pela votação
134 das Atas das reuniões anteriores. Após consultar os presentes sobre eventuais discussões, alterações
135 ou votos contrários, declarou **aprovadas, por unanimidade, as referidas Atas nº 366 e nº 367.**
136 Em seguida, informou que as provas de certificação profissional para upgrade, solicitadas pelos
137 conselheiros por meio de consulta realizada no grupo, já foram contratadas, tendo sido
138 encaminhados os respectivos códigos de ativação para realização das provas. Também registrou
139 que permanece disponível o curso da ABCPREV aos conselheiros e servidores interessados em se
140 preparar para certificação, observando que, como praxe, a RioPretoPrev solicita três dias de
141 dispensa aos servidores para revisão final antes da prova. Por fim, comunicou a realização, em São
142 José do Rio Preto, nos dias 21 e 22 de julho, do evento “RH para RPPS”, voltado a temas como
143 eSocial, EFD-Reinf e demais obrigações de envio de informações sociais, destacando que o eSocial
144 tem sido utilizado como parâmetro para verificação da aderência das informações encaminhadas
145 pelos órgãos empregadores em relação aos dados utilizados na avaliação atuarial. Ressaltou a
146 importância da participação dos setores de recursos humanos da Prefeitura, Câmara e demais
147 órgãos, a fim de assegurar a qualidade e a compatibilidade das informações prestadas ao Governo
148 Federal, uma vez que essa conformidade também se relaciona a requisitos de gestão previdenciária.
149 O Diretor Técnico, Wilelem de Lazari Araujo, complementou que o evento “RH para RPPS” é
150 promovido pela APEPREM em parceria com a RioPretoPrev, inclusive com utilização do logotipo
151 da Autarquia na divulgação. Ressaltou a importância do evento e solicitou apoio dos presentes na
152 divulgação e nas inscrições, destacando que ainda há necessidade de ampliar o número de
153 participantes. Informou, ainda, que os conselheiros que tiverem interesse ou curiosidade sobre o
154 tema também poderão participar, sendo possível viabilizar a respectiva inscrição. O Presidente do
155 Colegiado, Adriano Antônio Pazianoto, informou a existência de outros eventos previdenciários,
156 mencionando encontro em Ilha Solteira, com provável enfoque na área atuarial. Em seguida,
157 destacou a realização de evento interno da RioPretoPrev voltado à aposentadoria do servidor com
158 deficiência, explicando que a avaliação dos requisitos não é exclusivamente médica, mas baseada
159 em método multidisciplinar que envolve também aspectos sociais e funcionais. Informou que a
160 pessoa responsável pela criação ou desenvolvimento do método estará na RioPretoPrev para
161 ministrar capacitação durante uma semana, sendo que, para conselheiros e demais interessados na

162 parte geral do tema, haverá atividade específica no dia 17 de agosto, às 8h30, durante o período da
163 manhã. Esclareceu que a capacitação abordará como será realizada a avaliação técnica para acesso
164 à aposentadoria ou ao abono de permanência do servidor com deficiência, colocando-se à
165 disposição para solicitar dispensa dos conselheiros que desejarem participar. A Conselheira suplente
166 Silvana Aparecida da Rocha Delfino manifestou interesse em participar da capacitação interna da
167 RioPretoPrev sobre a avaliação técnica para aposentadoria e abono de permanência do servidor
168 com deficiência. A Conselheira Adriana Rambaiolo Tonin questionou se essa contará pontos para
169 certificação. O Presidente do Colegiado, Adriano Antônio Pazianoto, respondeu que a atividade
170 deverá emitir certificado e que a RioPretoPrev buscará verificar a possibilidade de aproveitamento
171 para fins de pontuação, embora, a princípio, não se trate de evento previamente credenciado para
172 esse fim. Em seguida, informou sobre outros eventos previstos, mencionando o evento da
173 APEPREM, de 25 a 27 de agosto, para o qual alguns conselheiros já demonstraram interesse, bem
174 como o Congresso Brasileiro de Conselheiros, previsto para dezembro, cuja organização deverá ser
175 iniciada com antecedência para obtenção de melhores condições de passagens. Encerrados os
176 informes de qualificação, passou à ordem do dia, cujo primeiro item tratou da eleição da Mesa
177 Diretora do Conselho para o período de 1º de junho de 2026 a 31 de maio de 2027, em razão do
178 término do mandato anterior em 31 de maio. Esclareceu que, conforme o Regimento Interno, a
179 eleição deve ocorrer anualmente, contemplando os cargos de Presidente, Vice-Presidente e
180 Secretário, observando que os cargos de Presidente e Vice-Presidente devem ser ocupados por
181 conselheiros indicados pelo Chefe do Poder Executivo. Propôs a recondução da atual composição.
182 Submetida a matéria à votação, e não havendo manifestação contrária, **a recondução da Mesa**
183 **Diretora foi aprovada por unanimidade, com Adriano Antônio Pazianoto como Presidente,**
184 **Estevão Pietro como Vice-Presidente e Teresa Cristina Sicoli Vilela como Secretária, para**
185 **o período de 01/06/2026 a 31/05/2027.** Na sequência, passou ao item seguinte da ordem do dia,
186 referente à possibilidade de locação de imóvel pertencente à RioPretoPrev, situado em frente à
187 Receita Federal. Explicou que houve manifestação de interessado na locação e que qualquer venda
188 ou locação de imóvel da Autarquia deve estar amparada em avaliação oficial de mercado, realizada
189 por empresa contratada via licitação. Apresentou aos conselheiros a localização do imóvel,
190 destacando tratar-se de área bem situada, próxima à Receita Federal, Fórum Estadual, Justiça
191 Federal, Justiça do Trabalho e Centro Regional de Eventos, com potencial para uso comercial,
192 residencial ou empreendimento de maior porte. Informou que o imóvel possui avaliação
193 aproximada de R\$ 10 milhões para venda e laudo de locação estimado em R\$ 18.500,00 mensais,
194 ressaltando que, embora possua grande potencial de valorização futura, atualmente encontra-se sem
195 destinação, com necessidade de melhorias. Destacou que a locação poderia representar uma forma
196 de dar uso temporário ao imóvel, gerar receita à Autarquia e preservar o patrimônio, sem afastar a
197 possibilidade de estudos futuros sobre melhor aproveitamento, venda ou eventual estruturação por
198 meio de fundo imobiliário. O Presidente do Colegiado, Adriano Antônio Pazianoto, explicou que,
199 com a concordância do Conselho, a intenção da RioPretoPrev é instaurar processo licitatório,
200 totalmente eletrônico e com publicação no Diário Oficial, para disponibilizar ao mercado a locação
201 do imóvel pelo prazo de cinco anos. Informou que, embora a locação possa gerar receita relevante,
202 estimada em aproximadamente R\$ 1,2 milhão ao longo de sessenta meses, sem considerar reajustes,
203 o principal objetivo é dar ocupação ao imóvel, promover sua conservação e favorecer sua
204 valorização. Esclareceu que a licitação permitirá igualdade de condições aos interessados e que o

205 futuro contrato de locação será regido pelo Código Civil, com exigência de garantias, como fiança
206 bancária ou seguro. Também destacou que poderão ser abatidas do aluguel as benfeitorias
207 necessárias realizadas para no imóvel. Por fim, ressaltou que, por se tratar de negócio de prazo mais
208 longo e relacionado ao patrimônio da RioPretoPrev, a matéria foi submetida previamente ao
209 Conselho, a fim de obter sua concordância antes da abertura do procedimento licitatório. O Diretor
210 Técnico, Wilclem de Lazari Araujo, complementou que o imóvel demandará intervenções
211 relevantes, inclusive com necessidade de adequações no terreno. Nesse sentido, destacou que a
212 locação a particular interessado pode ser vantajosa, pois o locatário passaria a ocupar e cuidar da
213 área, realizando as melhorias necessárias ao uso do imóvel, o que tende a deixá-lo em melhores
214 condições para eventual venda futura, considerando que, em algum momento, a RioPretoPrev
215 poderá alienar o bem. O Conselheiro suplente no exercício da titularidade, Mário José Piccarelli de
216 Castro, questionou se já existe interessado específico na locação do imóvel e qual seria o projeto
217 pretendido para a área, considerando que o tema ainda não havia sido debatido no Comitê de
218 Investimentos. Manifestou preocupação quanto à possibilidade de abatimento de benfeitorias no
219 valor do aluguel, o que poderia reduzir ou até suspender o recebimento da receita por determinado
220 período. Também ponderou que, dependendo do tipo de construção ou adaptação realizada,
221 especialmente se muito específica, o imóvel poderia ter sua futura alienação dificultada, razão pela
222 qual destacou a importância de avaliar previamente a natureza do projeto a ser implantado no local.
223 O Presidente do Colegiado, Adriano Antônio Pazianoto, esclareceu que há interessados na locação
224 do imóvel, com intenção de aproveitar e melhorar as estruturas já existentes no local. Informou
225 tratar-se de empreendimento voltado à área esportiva, possivelmente uma academia de grande
226 porte, já consolidada na cidade, com proposta de instalação de uma nova unidade e implantação de
227 quadras esportivas, além de melhorias nos prédios e nivelamento do terreno. Ressaltou que, embora
228 ainda existam etapas a cumprir e não haja garantia de conclusão da contratação, a minuta contratual
229 prevê regras para evitar qualquer prejuízo à RioPretoPrev, estabelecendo que benfeitorias úteis ou
230 voluptuárias deverão ser retiradas pelo locatário ou incorporadas ao imóvel sem indenização,
231 enquanto as benfeitorias necessárias poderão ser abatidas do aluguel e incorporadas ao patrimônio.
232 Esclareceu, ainda, que haverá limite mensal para abatimento das benfeitorias, especialmente no
233 período inicial de investimentos, de modo que a Autarquia continue recebendo parte do aluguel,
234 com teto de abatimento previsto em até 70% do valor mensal. O Presidente do Colegiado, Adriano
235 Antônio Pazianoto, complementou que qualquer intervenção no imóvel dependerá de autorização
236 prévia da RioPretoPrev. Explicou que, para realizar obras como terraplanagem ou outras melhorias,
237 o locatário deverá apresentar solicitação, orçamento e posterior comprovação das despesas,
238 cabendo à Autarquia analisar e autorizar previamente cada medida. Ressaltou que o contrato conterà
239 salvaguardas para impedir intervenções não autorizadas, de modo que o locatário não poderá
240 realizar construções ou alterações relevantes, como eventual galpão ou estrutura específica, sem
241 anuência expressa da RioPretoPrev. O Diretor Técnico, Wilclem de Lazari Araujo, reforçou que a
242 eventual locação do imóvel será realizada por meio de procedimento público, sem direcionamento
243 a empresa específica, ainda que exista interessado relevante na área. Destacou que a seleção deverá
244 observar igualdade de condições aos participantes e seguir os trâmites próprios do processo
245 licitatório. O Conselheiro Giuliano Cléber Coltro manifestou-se favoravelmente, em princípio, à
246 locação do imóvel, considerando que a área não está sendo utilizada e gera custos de manutenção,
247 como capina e conservação. Avaliou que a locação poderia contribuir para proteger o imóvel contra

invasões, reduzir despesas de manutenção e garantir melhor preservação da área. Destacou, ainda, que a manutenção do imóvel no patrimônio da RioPretoPrev pode ser estratégica para o futuro, inclusive diante de discussões apresentadas em congresso sobre o aproveitamento de imóveis pelos regimes próprios, por meio de estruturas como fundos imobiliários. Assim, entendeu que a locação pelo prazo de cinco anos pode ser interessante, pois permitiria a ocupação, conservação e posterior devolução do imóvel em melhores condições, sem prejuízo de estudos futuros sobre sua destinação. A Conselheira Rosimere Cleide Souza Desidério manifestou não se opor à locação do imóvel, entendendo que a medida pode ser útil principalmente para proteção e conservação da área, conforme apontado pelo Conselheiro Giuliano Cléber Coltro. Destacou como aspecto relevante a informação de que não seriam realizadas novas edificações, especialmente diante da possibilidade de estudos futuros envolvendo a constituição de fundo imobiliário ou outra destinação estratégica do patrimônio. Registrou que, pelo que foi apresentado, as intervenções estariam voltadas basicamente à terraplanagem, melhoria da área externa e reforma das edificações já instaladas, solicitando atenção também ao valor da locação mencionado na exposição. A Conselheira Rosimere Cleide Souza Desidério manifestou preocupação quanto ao limite de abatimento de até 70% do valor do aluguel em razão das benfeitorias, sugerindo que o contrato preveja acompanhamento rigoroso dos custos apresentados pelo locatário. Observou que determinados serviços, como terraplanagem, podem ter valores elevados, razão pela qual entende ser importante que a RioPretoPrev verifique a compatibilidade dos orçamentos apresentados com os preços praticados no mercado, inclusive mediante comparação com outras empresas da mesma área e qualidade técnica. Ressaltou que tal controle seria necessário para evitar que valores superestimados sejam utilizados para reduzir indevidamente o pagamento do aluguel, registrando a preocupação para análise da Diretoria e eventual previsão contratual. O Presidente do Colegiado, Adriano Antônio Pazianoto, esclareceu que a RioPretoPrev já adota procedimento semelhante em imóvel locado ao Hospital de Base, no qual há benfeitorias necessárias relacionadas, especialmente, ao processo de descontaminação da área, acompanhado pela Autarquia. Explicou que, conforme previsto contratualmente, qualquer intervenção dependerá de autorização prévia, devendo o locatário apresentar projeto e orçamento para análise da RioPretoPrev. Após a execução, também deverá comprovar as despesas por meio de nota fiscal paga, recibo ou documento equivalente, inclusive quando se tratar de prestador de serviço pessoa física. Concordou com a preocupação da Conselheira Rosimere Cleide Souza Desidério, ressaltando que o abatimento no aluguel equivale, em certa medida, à utilização de recurso da Autarquia, razão pela qual deve haver verificação básica dos valores apresentados, a fim de evitar custos superestimados ou incompatíveis com o mercado. O Diretor Técnico, Wilclem de Lazari Araujo, concordou com a preocupação da Conselheira Rosimere Cleide Souza Desidério e informou que a RioPretoPrev já adota, na prática, procedimento de conferência de preços em situações semelhantes, como ocorre no imóvel locado ao Hospital de Base. Explicou que, nesses casos, são solicitados orçamentos comparativos, normalmente em número de três, e adotado o menor valor compatível, a fim de verificar a razoabilidade dos custos apresentados. Embora não tenha certeza se essa exigência já constava expressamente na minuta, sugeriu que a regra seja incluída de forma clara no contrato, reforçando as salvaguardas para controle dos abatimentos de benfeitorias no aluguel. A Conselheira Adriana Rambaiolo Tonin manifestou concordância quanto ao entendimento de que ainda não seria o momento adequado para venda do imóvel, considerando tratar-se de área bem localizada e com potencial para

aproveitamento futuro em empreendimento ou outra destinação estratégica. Contudo, registrou preocupação com o valor estimado de locação, entendendo que R\$ 18.500,00 mensais pode ser baixo diante do tamanho da área e de sua localização, ressaltando que perdeu parte da apresentação em razão de instabilidade de conexão. Também manifestou preocupação quanto à possibilidade de abatimento, no aluguel, dos valores investidos pelo locatário, por entender que quem aluga deveria realizar os investimentos necessários ao seu uso sem desconto, considerando os riscos práticos envolvidos mesmo com garantias contratuais. Relatou experiência pessoal em situação semelhante, na qual o locatário retirou bens e melhorias ao deixar o imóvel, e solicitou esclarecimento quanto à regra de devolução, se o imóvel deverá ser entregue em boas condições ou restituído ao estado original. O Presidente do Colegiado, Adriano Antônio Pazianoto, esclareceu que as benfeitorias passíveis de autorização e eventual abatimento no aluguel serão apenas as benfeitorias necessárias, conforme previsto expressamente no contrato. Citou como exemplos reparos indispensáveis à conservação e segurança do imóvel, como conserto de telhado, forro, rachaduras e demais estruturas deterioradas, especialmente quando houver risco de agravamento ou de comprometimento da edificação. Ressaltou que esse tipo de intervenção permanece incorporado ao imóvel e não pode ser retirado pelo locatário ao final do contrato, diferentemente de adaptações específicas ou melhorias voltadas exclusivamente ao interesse do particular. A Conselheira Adriana Rambaiolo Tonin complementou sua manifestação anterior, reforçando que, em sua avaliação, o locatário deveria assumir integralmente os custos das adaptações necessárias ao seu próprio negócio, sem abatimento no aluguel. Argumentou que as melhorias realizadas poderão atender a uma finalidade específica, como academia ou atividade semelhante, sem garantia de aproveitamento futuro pela RioPretoPrev. Também reiterou sua percepção de que o valor estimado da locação é baixo diante da localização e dimensão da área, sugerindo, como encaminhamento, que eventual contrato mantenha o valor do aluguel, mas sem previsão de desconto pelas benfeitorias realizadas pelo particular. O Diretor Técnico, Wilclem de Lazari Araujo, contextualizou que, na situação atual, o imóvel gera custos, riscos e dificuldades administrativas à RioPretoPrev, em razão da necessidade de manutenção, reclamações por mato alto, notificações e registros de invasões, presença de moradores em situação de rua, usuários de drogas e possíveis práticas irregulares no local. Ressaltou que, embora a venda imediata não seja a estratégia pretendida, manter o imóvel desocupado também se mostra problemático. Explicou que a previsão de abatimento limitado para benfeitorias necessárias funciona como incentivo à locação, pois, nas condições atuais, o imóvel exige investimentos relevantes, como terraplanagem e reparos estruturais, o que tem dificultado o interesse de empresas, mesmo após diversas tratativas realizadas. Destacou que os abatimentos se restringiriam às melhorias estruturais necessárias, enquanto intervenções ornamentais ou específicas do negócio não seriam descontadas, de modo que, após a adequação inicial, a locação passaria a gerar renda mensal e, principalmente, garantiria a ocupação, conservação e valorização futura do imóvel. A Conselheira Adriana Rambaiolo Tonin ponderou que, em sua avaliação, o imóvel em discussão possui características distintas do imóvel da antiga garagem municipal, pois este apresentava problemas mais complexos, inclusive com edificações relevantes e contaminação, enquanto o imóvel em análise se assemelha mais a uma grande área ou terreno sem utilização. Questionou, ainda, se a Prefeitura realiza a manutenção da área, especialmente o corte de mato, ou se a RioPretoPrev precisa contratar diretamente esse serviço. O Diretor Técnico, Wilclem de Lazari Araujo, esclareceu que a manutenção dos imóveis é de responsabilidade da RioPretoPrev,

334 informando que a Autarquia realizou licitação própria para contratação de serviços de poda de
335 árvores e roçada dos imóveis pertencentes ao seu patrimônio. A Conselheira Adriana Rambaiolo
336 Tonin manifestou preocupação com a possibilidade de a locação gerar vantagem excessiva ao
337 particular, considerando o valor de R\$ 18.500,00 mensais baixo diante da dimensão e localização da
338 área. Observou que, embora o locatário pudesse cuidar do imóvel, a locação também representaria
339 nova demanda administrativa para a RioPretoPrev. Em sua avaliação, uma alternativa com menor
340 risco e menor complexidade poderia ser a demolição das estruturas existentes e a manutenção do
341 terreno limpo, evitando problemas de invasão. O Conselheiro suplente no exercício da titularidade,
342 Mário José Piccarelli de Castro, manifestou entendimento de que, nas condições atuais, seria mais
343 adequado locar o imóvel, gerar alguma receita e garantir sua conservação, em vez de mantê-lo
344 desocupado e sem destinação. O Presidente do Colegiado, Adriano Antônio Pazianoto, esclareceu
345 que a locação do imóvel tem se mostrado difícil, informando que a RioPretoPrev já realizou
346 conversas anteriores, inclusive por valor inferior, em torno de R\$ 12.000,00 mensais, sem êxito,
347 mesmo admitindo a possibilidade de benfeitorias. Diante disso, ponderou que o surgimento de
348 interessado disposto a empreender no local representa oportunidade a ser considerada,
349 especialmente diante das dificuldades práticas de manter o imóvel desocupado e da ausência de
350 interessados em condições anteriores. O Diretor Técnico, Wilclem de Lazari Araujo, esclareceu que
351 os valores anteriormente mencionados correspondiam à avaliação realizada à época, enquanto a
352 estimativa atual decorre de laudo elaborado por empresa contratada para avaliação oficial dos
353 imóveis da RioPretoPrev. Ressaltou que a Autarquia não interfere no valor definido pela avaliadora,
354 a qual levou em consideração o estado atual de conservação do imóvel. Observou que, caso o
355 imóvel estivesse em melhores condições, o valor de locação possivelmente seria superior, mas que
356 a avaliação atual reflete a situação concreta da área e das estruturas existentes. O Presidente do
357 Colegiado, Adriano Antônio Pazianoto, observou que, caso o Conselho autorize a continuidade da
358 proposta, a RioPretoPrev dará início ao procedimento licitatório, permanecendo a expectativa de
359 que o interessado efetivamente participe e formalize proposta. Ressaltou, contudo, que ainda há
360 possibilidade de o interessado desistir do negócio, razão pela qual a autorização do Conselho não
361 significa contratação imediata, mas apenas a abertura do processo público necessário para verificar
362 se haverá proposta concreta para a locação do imóvel. O Presidente do Colegiado, Adriano Antônio
363 Pazianoto, destacou que a gestão dos imóveis da RioPretoPrev é acompanhada anualmente pelo
364 Tribunal de Contas, que verifica a situação de cada bem pertencente à Autarquia. Informou que,
365 nos casos de imóveis locados, são apresentados os respectivos contratos e, havendo abatimento de
366 valores em razão de benfeitorias, toda a documentação comprobatória também deve ser
367 disponibilizada para fiscalização. Ressaltou que o procedimento exigirá controle rigoroso, inclusive
368 quanto à regularidade de notas fiscais, recibos, documentos e comprovação dos serviços
369 executados, pois eventual falha pode gerar responsabilização. Observou que a locação e a gestão
370 patrimonial demandam trabalho administrativo, mas que a RioPretoPrev está se organizando para
371 ampliar sua estrutura de pessoal e aprimorar esse acompanhamento. Por fim, mencionou que outros
372 imóveis da Autarquia, como área localizada em frente ao estádio do América, também poderão
373 futuramente despertar interesse de locação, reforçando que, ao receber os imóveis, a RioPretoPrev
374 assumiu também a responsabilidade por sua adequada gestão. O Diretor Técnico, Wilclem de Lazari
375 Araujo, complementou que, mesmo quando os imóveis permanecem cercados e fechados, ainda há
376 dificuldades de controle, pois ocorrem rompimentos de cercas, arrombamentos de portões e

377 necessidade recorrente de troca de cadeados. Relatou que terrenos desocupados acabam sendo
378 utilizados indevidamente por particulares, inclusive como estacionamento em dias de eventos
379 próximos, situação já verificada em áreas da Autarquia, inclusive no imóvel em discussão. Ressaltou
380 que, embora a Guarda Municipal possa ser acionada, não há vigilância permanente no local, o que
381 dificulta impedir usos clandestinos. Nesse contexto, reforçou que a locação a particular, mediante
382 contrato e pagamento, pode ser alternativa mais adequada para garantir ocupação, conservação e
383 administração cotidiana do imóvel. A Conselheira Adriana Rambaiolo Tonin questionou se,
384 considerando que a locação será realizada por procedimento público e poderá envolver empresa
385 privada, haveria possibilidade de participação ou interesse de alguma organização não
386 governamental no certame. Complementou dizendo que se preocupa quanto à eventual
387 destinação do imóvel, observando que a vinculação da imagem da RioPretoPrev a uma empresa
388 privada consolidada teria percepção distinta da vinculação a uma organização não governamental.
389 Ressaltou que eventual participação de ONG poderia gerar maior complexidade ou
390 questionamentos quanto à imagem institucional da Autarquia, embora tenha reconhecido que, por
391 se tratar de procedimento público, não seria possível impedir a participação de interessados que
392 atendam às regras do certame. O Diretor Técnico, Willem de Lazari Araujo, esclareceu que, por
393 se tratar de procedimento público, não é possível descartar previamente a participação de qualquer
394 interessado que atenda às condições do certame. Contudo, informou que nenhuma organização não
395 governamental procurou a RioPretoPrev ou demonstrou interesse na locação do imóvel até o
396 momento. O Conselheiro Giuliano Cléber Coltro complementou a discussão de forma pragmática,
397 observando que, caso futuramente a RioPretoPrev opte por dar destinação mais ampla ao imóvel,
398 como empreendimento comercial ou residencial, é provável que as estruturas existentes ou
399 eventualmente reformadas pelo locatário sejam descartadas. Assim, destacou que o principal
400 interesse da locação, no momento, seria reduzir despesas com roçada e manutenção, proteger a área
401 contra invasões e evitar sua deterioração. Ressaltou que eventual ocupação irregular poderia gerar
402 grande dificuldade futura para desocupação, mesmo se tratando de área pública. Por fim, registrou
403 entendimento favorável à locação, por considerar que a medida protege o patrimônio da Autarquia,
404 ainda que o critério licitatório privilegie o maior valor ofertado. O Presidente do Colegiado, Adriano
405 Antônio Pazianoto, retomou o item 3.2 da ordem do dia e submeteu à deliberação do Conselho a
406 autorização para abertura de procedimento visando à locação do imóvel pelo prazo de 60 meses.
407 Esclareceu que a deliberação dizia respeito à concordância com a possibilidade de locação, sem
408 prejuízo da posterior definição dos detalhes no processo próprio. Não havendo manifestação
409 contrária, declarou **aprovada, por unanimidade, autorização da locação do imóvel de**
410 **matrícula nº 48.456, do 2º Oficial de Registro de Imóveis de São José do Rio Preto/SP, pelo**
411 **período de até 60 (sessenta) meses, tendo como valor mínimo aquele indicado na avaliação**
412 **oficial, por meio de processo licitatório do tipo maior lance, observadas todas as**
413 **formalidades e cautelas necessárias.** Em seguida, registrou que o imóvel atualmente alugado ao
414 Hospital de Base tem contrato em torno de R\$ 20.100,00 mensais e que, caso haja renovação ao
415 final do próximo ano, a avaliação oficial indica valor próximo a R\$ 40.000,00, demonstrando que a
416 ocupação, conservação e melhorias podem contribuir para valorização patrimonial. Observou que
417 lógica semelhante pode ocorrer com o imóvel ora discutido, pois a utilização e os investimentos
418 realizados tendem a melhorar sua condição e elevar eventual valor de locação futura, tratando-se de
419 estratégia pensada a longo prazo. Encerrada a deliberação, passou ao item seguinte da ordem do

420 dia, referente à apreciação e deliberação do Relatório de Governança Corporativa do primeiro
421 trimestre de 2026. Informou que o documento havia sido encaminhado previamente aos
422 conselheiros e que foi elaborado pela Diretoria, contendo os principais resultados da RioPretoPrev
423 no período, com quadro resumo, indicadores, resumo executivo e demais informações
424 institucionais. Considerando a extensão do relatório, com mais de cem páginas, colocou o
425 documento à disposição dos conselheiros para dúvidas ou questionamentos antes de eventual
426 votação. O Presidente do Colegiado, Adriano Antônio Pazianoto, respondeu que eventuais dúvidas
427 sobre o Relatório de Governança Corporativa poderão ser encaminhadas a qualquer tempo,
428 inclusive fora das reuniões do Conselho, colocando-se à disposição para os esclarecimentos
429 necessários. O Presidente do Colegiado, Adriano Antônio Pazianoto, submeteu à votação o
430 Relatório e, não havendo manifestação contrária, **declarou o aprovado, por unanimidade, o**
431 **Relatório de Governança Corporativa do 1º Trimestre de 2026.** Na sequência, passou à
432 apreciação do Relatório do Controle Interno, esclarecendo que o documento reproduz parte das
433 informações constantes do relatório de governança, mas acrescido de análise própria do controle
434 interno sobre os dados e processos avaliados. Destacou, como exemplo, apontamento referente ao
435 descumprimento de prazo no sistema AUDESP durante o primeiro trimestre, decorrente de falha
436 humana, uma vez que os dados estavam preparados, mas não foram devidamente enviados no
437 prazo. Informou que o controle interno recomendou a adoção de ferramentas de controle de prazos
438 pela equipe responsável, a fim de evitar novas ocorrências, ressaltando que o apontamento não deve
439 gerar implicação relevante à RioPretoPrev, mas demonstra a importância do acompanhamento e da
440 melhoria contínua dos processos. Esclareceu que o controle interno é composto por servidores da
441 RioPretoPrev e por membro do Conselho Fiscal vinculado à Câmara Municipal, não havendo
442 apontamentos relevantes no relatório. Não havendo dúvidas ou manifestações contrárias, **o**
443 **Relatório do Controle Interno do 1º Trimestre de 2026 foi aprovado por unanimidade.** Em
444 seguida, apresentou o Relatório de Investimentos do primeiro trimestre de 2026, informando que
445 este será o último relatório trimestral nesse formato, em razão de alteração normativa relacionada
446 ao Pró-Gestão, passando a ser considerado apenas o acompanhamento mensal. Explicou que o
447 documento consolida as informações de investimentos já analisadas mensalmente nos três
448 primeiros meses do ano e, não havendo questionamentos ou votos contrários, declarou o **Relatório**
449 **de Investimentos do 1º Trimestre de 2026 aprovado por unanimidade.** Próximo item da
450 ordem do dia, o Presidente do Colegiado, Adriano Antônio Pazianoto, que também é o
451 Diretor Executivo Interino da Autarquia, apresentou balancete contábil de abril/2026: *No*
452 *período, as receitas orçamentárias totalizaram R\$ 30.719.435,66, sendo: Contribuições dos 5.470*
453 *servidores ativos – R\$ 5.912.156,06; Contribuições dos Aposentados e Pensionistas R\$ 1.183.006,78;*
454 *Contribuição Patronal Normal – R\$ 10.485.735,73; Contribuição Patronal Suplementar –*
455 *R\$ 2.114.512,47; Parcelamentos – R\$ 3.797.862,08; Aportes Periódicos - R\$ 1.765.829,90;*
456 *COMPREV – R\$ 890.963,62; Receita Patrimonial – R\$ 3.989.575,26; Restituições da Folha de*
457 *Pagamento – R\$ 1.767,14; Outras Receitas – R\$ 578.026,62. No período, as despesas equivaleram a*
458 *R\$ 25.204.276,07, sendo: a) Despesa com benefícios previdenciários: i) com 1.935 aposentadorias:*
459 *R\$ 22.807.102,63; ii) com 255 pensões: R\$ 1.703.551,58; iii) com pagamento de benefícios em*
460 *decorrência de ordem judicial: R\$ 123.063,40; iv) indenizações e restituições trabalhistas – R\$ 0,00; v)*
461 *despesas com compensação previdenciária – R\$ 12.249,92; b) Despesas administrativas –*

462 R\$ 558.308,54. Conclui-se, com análise da peça, um resultado orçamentário superavitário de
463 R\$ 5.515.159,59 no mês e superavitário de R\$ 15.173.666,22 no ano, e um resultado previdenciário
464 superavitário de R\$ 16.883.965,40 no mês e de R\$ 31.522.494,44 no ano. O Presidente do
465 Colegiado, Adriano Antônio Pazianoto, observou, ainda, que, conforme informado pela
466 Secretaria de Administração, há previsão de ingresso de novos servidores, em razão de
467 contratações já em estágio avançado, o que poderá elevar o quantitativo de servidores ativos
468 nos próximos meses e, conseqüentemente, refletir na arrecadação de contribuições
469 previdenciárias. A Conselheira Rosimere Cleide Souza Desidério solicitou ao Presidente do
470 Colegiado, Adriano Antônio Pazianoto, que retomasse a informação referente à previsão
471 de contratação de novos servidores, pedindo esclarecimentos sobre o quantitativo ou os
472 dados de que a RioPretoPrev tinha conhecimento. O Presidente do Colegiado, Adriano
473 Antônio Pazianoto, esclareceu que, conforme informações recebidas, a Prefeitura deverá
474 contratar, em breve, quantidade significativa de servidores concursados, embora ainda não
475 soubesse precisar se o respectivo procedimento estava em fase final, já homologado ou
476 próximo da homologação. O Diretor Técnico, Wilclem de Lazari Araujo, complementou
477 que há expectativa concreta de posse de aproximadamente 150 guardas municipais,
478 considerando que o curso de formação dos aprovados no concurso deve ser concluído em
479 julho, provavelmente no final do mês. Informou, ainda, que a RioPretoPrev esteve
480 recentemente no local para apresentar informações sobre a Autarquia e o regime
481 previdenciário aos participantes do curso. A Conselheira Rosimere Cleide Souza Desidério
482 complementou que a previsão de novas admissões não se limita aos guardas municipais,
483 mencionando também os agentes administrativos. Informou que o processo de remoção
484 desses servidores foi recentemente concluído e publicado, de modo que o próximo passo
485 deverá ser a contratação de novos servidores para possibilitar a liberação dos atuais
486 ocupantes aos setores escolhidos no procedimento de remoção. O Conselheiro Giuliano
487 Cléber Coltro questionou se, após a reforma previdenciária, a contribuição suplementar
488 mensal de todos os órgãos corresponde a aproximadamente R\$ 2.114.000,00. A Conselheira
489 Rosimere Cleide Souza Desidério, ainda sobre a contribuição suplementar, questionou se
490 os pagamentos pelos órgãos vêm sendo realizados regularmente e sem atrasos. O
491 Presidente do Colegiado, Adriano Antônio Pazianoto, confirmou que o valor mensal da
492 contribuição suplementar é de aproximadamente R\$ 2.114.000,00. Em resposta à
493 Conselheira Rosimere Cleide Souza Desidério, informou que, até o mês de abril, os
494 pagamentos vencidos encontravam-se regulares, sem registro de atraso. Não havendo mais
495 manifestações a assunto foi colocado em votação, **restando aprovado, por unanimidade,**
496 **o balancete contábil de abril de 2026.** Ato contínuo, Adriano Antônio Pazianoto
497 apresentou informações sobre o desempenho dos investimentos do mês de abril de 2026:
498 *DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS E O ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES*
499 *ESTABELECIDAS NA RESOLUÇÃO CMN N° 5.272/2025: Transição Regulatória –*
500 *Atualização do Marco Normativo: A partir de 02 de fevereiro de 2026 entrou em vigor a Resolução*

CMN nº 5.272/2025, que passou a regulamentar as aplicações dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), substituindo a Resolução CMN nº 4.963/2021. A nova regulamentação introduziu atualizações relevantes no arcabouço de investimentos previdenciários, incluindo novos critérios relacionados à governança, à classificação prudencial das instituições financeiras, aos limites de participação de recursos de RPPS em fundos de investimento e à reorganização dos segmentos de aplicação. Em razão dessas alterações regulatórias, algumas aplicações existentes na carteira apresentam situações de desenquadramento passivo, caracterizadas quando o desenquadramento decorre de mudanças normativas ou fatores alheios à decisão de investimento da Autarquia. Mapa Geral de Conformidade da Carteira: Enquadramento por segmento de aplicação – Art. 7 a 12 - Limites regulamentares atendidos – Conforme; Limites global – RV + Inv. Estr. + FI – Art. 14 - Limites regulamentares atendidos – Conforme; Participação do PL da RioPretoPrev – Art. 18 - Limites regulamentares atendidos – Conforme; Participação conjunta de RPPS no PL dos fundos – Art. 19 – Monitoramento contínuo – desenquadramento passivo pontual §2º; Máximo 5% volume gestor – Art. 20 – Limites regulamentares atendidos – Conforme; Classificação prudencial das instituições financeiras – Art. 21, §2º, I – Maioria enquadrada em S1 ou S2 – desenquadramento passivo pontual; Administrador com máximo de 50% de recursos oriundo de RPPS – Art. 21, §2º, II – Dentro dos limites regulamentares – Conforme; Administradores e gestores previamente credenciados – Art. 21, §2º, III – Todos previamente credenciados – Conforme; Aderência à Política de Investimentos – Art. 4º e 5º – Compatível com diretrizes aprovadas – Conforme. Enquadramento da Carteira por Segmento: A conformidade com a Resolução CMN n.º 5.272/2025 abrange diferentes segmentos, destacando-se: ✓ Renda Fixa: 76,95% do PL (Limite 100%, Art. 7º); ✓ Renda Variável: 10,75% do PL (Limite 50%, Art. 8º); ✓ Investimentos no Exterior: 3,44% do PL (Limite 10%, Art. 9º); ✓ Investimentos Estruturados: 8,86% do PL (Limite 20%, Art. 10º). Distribuição da Carteira por Classe de Ativo: Adentrando no detalhamento de cada segmento: • Renda Fixa: Art. 7º, I => 4,90% PL - Limite 100%; Art. 7º, II => 63,07% PL - Limite 100%; Art. 7º, V => 7,12% PL - Limite 80%; Art. 7º, VI => 1,86% PL - Limite 20%; • Renda Variável: Art. 8º, I => 6,73% PL - Limite 40%; Art. 8º, III => 4,02% PL - Limite 10%; • Investimentos no Exterior: Art. 9º, II => 0,93% PL - Limite 10% no total de IE; Art. 9º, III => 2,51% PL - Limite 10% no total de IE; Investimentos Estruturados: Art. 10º, I => 5,32% PL - Limite 15%; Art. 10º, III => 3,54% PL - Limite 10% Limite Global: De acordo com Art. 14, os RPPS ficam sujeitos a um limite global, no conjunto dos segmentos de renda variável, investimentos estruturados e fundos imobiliários de 60% do PL para Nível IV do Pró-Gestão RPPS. Riopretoprev = 19,61% do PL Participação da RioPretoPrev nos Fundos de Investimento: No que diz respeito aos limites em relação ao PL da RioPretoPrev (Art. 18º), excetuados as aplicações de emissão do Tesouro Nacional, o maior percentual é do FI BRADESCO FIF RENDA FIXA REFERENCIADA DI PREMIUM - RESPONSABILIDADE LIMITADA, representando 5,43% do PL, seguido do BTG PACTUAL S&P 500 BRL FI MULTIMERCADO e CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF LP que ocupam o 2º e 3º lugares, com 5,32% e 2,9% do PL, respectivamente. Controle da Participação de RPPS no Patrimônio Líquido dos Fundos: Nos termos do Art. 19 da Resolução CMN nº 5.272/2025, o maior percentual em relação ao Patrimônio Líquido (PL) de um

540 fundo, é de 3,13%, sendo atribuído ao fundo KINEA PE IV FEEDER INST I FIP ME. Os dois
541 seguintes, com 2,78% e 2,47% do PL, são, respectivamente, BTG PACTUAL S&P 500 BRL FI
542 MULTIMERCADO e SAFRA MULTIDIVIDENDOS PB FIF. Entretanto, de acordo com §2º
543 os fundos deverão limitar a participação total dos RPPS em até 50% de seu PL (exceto durante doze meses
544 iniciais; fundos 100% TP e outras situações trazidas na Resolução), e com a entrada em vigor da RES.
545 CMN nº 5.272/2025 a Riopretoprev passou a ter casos de desenquadramento passivo para alguns fundos,
546 que será detalhado no item sobre “Desenquadramento Passivo – Resolução CMN nº 5.272/2025”
547 Desenquadramento Passivo – Resolução CMN nº 5.272/2025: Em razão da entrada em vigor da nova
548 regulamentação, algumas aplicações apresentam situações pontuais de desenquadramento passivo
549 relacionadas principalmente à classificação prudencial das instituições financeiras ou ao percentual de
550 participação de recursos de RPPS no patrimônio líquido de determinados fundos. Essas situações decorrem
551 de alterações regulatórias supervenientes e não de novas decisões de investimento. Detalhamos abaixo os
552 casos de desenquadramento passivo da carteira com a entrada em vigor da Res. CMN nº 5.272/2025,
553 quanto: 1) Instituição financeira administradora ou gestora do fundo de investimento integrante do
554 conglomerado prudencial S1 ou S2 do Banco Central do Brasil (art 21, §2º, I e §8º): WESTERN
555 ASSET FIA BDR NÍVEL I, Administrador: BANCO BNP PARIBAS BRASIL S/A - S3
556 Gestor: FRANKLIN TEMPLETON BRASIL LTDA (antiga denominação Western Asset), Saldo
557 em 30/04/2026 = R\$ 13.354.310,24 = 1,86% do PL da carteira, Data início desenquadramento
558 passivo: 02/02/2026; Tarpon GT Institucional FIF, Administrador: BANCO DAYCOVAL S.A.
559 - S3, Gestor: TPE Gestora de Recursos LTDA, Saldo em 30/04/2026 = R\$ 9.581.710,52 = 1,34%
560 do PL da carteira, Data início desenquadramento passivo: 02/02/2026; Guepardo Valor Institucional
561 FIF, Administrador: BANCO DAYCOVAL S.A. - S3, Gestor: GUEPARDO
562 INVESTIMENTOS LTDA, Saldo em 30/04/2026 = R\$ 10.646.427,51 = 1,48% do PL da
563 carteira, Data início desenquadramento passivo: 02/02/2026. Volume total desse desenquadramento:
564 R\$ 33.582.448,27 = 4,68% Observação 1: Em 15/04/2026 o Banco Daycoval emitiu comunicado
565 manifestando-se no sentido de buscar enquadramento junto ao grupo S2 do Banco Central do Brasil. Após
566 oficiarmos as gestoras Tarpon e Guepardo informaram que o desenquadramento dos fundos decorreu
567 exclusivamente da entrada em vigor da Resolução CMN nº 5.272/2025, caracterizando
568 desenquadramento passivo. Ambas destacaram que o Banco Daycoval já se encontra em processo de
569 adequação para enquadramento no segmento S2 do Banco Central do Brasil, com expectativa de conclusão
570 ainda neste exercício. Além disso, ressaltaram que seguem acompanhando a evolução do processo e que, caso
571 o reenquadramento não se concretize dentro do prazo esperado, serão avaliadas medidas alternativas para
572 assegurar a aderência dos fundos à regulamentação vigente. Observação 2: Após oficiarmos a gestora
573 Western Asset (hoje Franklin Templeton Brasil) em 15/05/2026 foi informado que a transferência da
574 administração do fundo para a Intrag (instituição pertencente ao conglomerado prudencial do Banco Itaú –
575 S1) está prevista para ocorrer em aproximadamente 2 meses. E em relação à distribuição, há um acordo
576 bastante avançado com uma instituição S1 para assumir a distribuição dos fundos da gestora no segmento
577 de RPPS. A formalização deve ser anunciada em breve, e a implementação ocorrerá de forma concomitante
578 à migração da administração para a Intrag. Nesse sentido a Intrag já é instituição credenciada junto a

579 Riopretoprev e possui a administração de outro fundo da carteira. Com as alterações informadas, os três
580 fundos passariam a atender aos critérios de enquadramento estabelecidos pela Resolução CMN nº
581 5.272/2025. Dessa forma, o Comitê de Investimentos permanece acompanhando a efetivação dessas
582 providências e realizando as diligências necessárias, a fim de assegurar a regularidade dos ativos e a aderência
583 da carteira às disposições normativas vigentes. 2) Fundos de investimentos com PL de RPPS superior ao
584 permitido: CAIXA EXPERT VINCI VALOR RPPS FIC CLASSE FIF EM AÇÕES RL,
585 R\$ 9.295.864,90, 1,3% PL, Solicitação de resgate total em 05/05/2026 com cotização em
586 03/06/2026 e liquidação em 08/06/2026; CAIXA ATENA BRASIL AÇÕES LIVRE
587 QUANT FIC DE CLASSE DE FIF EM AÇÕES RL R\$ 5.299.235,31, 0,74% PL,
588 Solicitação de resgate parcial – R\$ 2mi – em 27/04/2026 com cotização em 21/05/2026 e liquidação
589 em 25/05/2026; CAIXA INSTITUCIONAL BDR NÍVEL I FIF AÇÕES RL,
590 R\$ 11.916.820,71, 1,66% PL, Em monitoramento; CAIXA BRASIL MATRIZ FIF RF - RL
591 R\$ 10.317.690,23, 1,44% PL, Em monitoramento; BTG PACTUAL S&P 500 BRL FIM - RL
592 R\$ 38.116.289,69, 5,32% PL, Desinvestimento parcial de R\$ 12 mi em cotizado em 28/04/2026 e
593 liquidado em 30/04/2026; XP INVESTOR DIVIDENDOS CI AÇÕES – RL,
594 R\$ 3.066.747,52, 0,43% PL, Desinvestimento parcial de R\$ 1 mi cotizado em 05/05/2026 e
595 liquidado em 07/05/2026. Total Fundos de investimentos com PL de RPPS superior ao permitido
596 R\$ 78.012.648,36 - 10,89% do PL. De acordo com o Art. 27, § 1º os recursos poderão ser mantidos
597 pelo prazo de até dois anos da ocorrência do desenquadramento. Para os casos relatados até 02/02/2028.
598 Como já averbado, trata-se de desenquadramento passivo, não havendo nenhuma alocação nova ou assunção
599 de novo compromisso de investimentos de recursos em fundos desenquadrados posteriormente à vigência da
600 nova Res. CMN nº 5.272/2025. O Comitê vislumbra que, sob o ponto de vista da melhor estratégia na
601 gestão de investimentos, por haver amparo jurídico-normativo na continuidade dos recursos locados nos
602 referidos fundos (dentro do prazo de dois anos do art. 27, §1º), não seria prudente e oportuno o resgate de
603 tais investimentos no atual momento, com o fulcro de se evitar realização de prejuízos ou resgate intempestivo
604 de alocações que ainda se mostram inequivocamente importantes para o atingimento da meta. Eventuais
605 novos aportes em fundos que poderiam, em tese, estar desenquadrados pela nova norma (FIP's) estariam
606 embasados por compromissos deliberados pelo Comitê (e devidamente cancelados pelo Conselho) em período
607 anterior à vigência da Res. 5272/25, pacificamente amparados pela segurança jurídica do ato jurídico
608 perfeito (assumidos perante norma que os respaldavam à época), ainda se mostrando como importantes
609 estratégias de investimentos para a diversificação e atingimento da meta atuarial na ótica deste Comitê.
610 Assim, em 23/03/2026 o Comitê de Investimentos deliberou pela manutenção dos fundos em situação de
611 desenquadramento passivo com a entrada em vigor da Res. CMN nº 5.272/2025, considerando o prazo
612 legal de até 02 anos para desinvestimentos (02/02/2028), avaliando periodicamente as alternativas para
613 eventual reenquadramento da carteira, sempre observando os princípios de segurança, rentabilidade,
614 solvência, liquidez, adequação à natureza das obrigações, transparência e preservação do valor dos recursos
615 previdenciários. Durante o mês de abril de 2026 passaram a estar enquadrados na Res. CMN nº
616 5.272/2025 os fundos: • CAIXA BRASIL FIF RF Ref DI LP – RL, CNPJ: 03.737.206/0001-
617 97 - Em decisão aprovada por Assembleia Extraordinária de Cotistas (vigente a partir de 08/04/2026),

o fundo teve seu tipo alterado de FIF para Fundo de Investimento em Cotas de Classes de FIF (FIC FIF). Na estrutura master-feeder, o limite de concentração de recursos RPPS é verificado em relação ao fundo master e não ao feeder, desde que o regulamento do fundo feeder identifique a referência ao master (condição plenamente atendida). O fundo apresenta rentabilidade aderente ao CDI, liquidez imediata, baixa volatilidade, taxa competitiva e enquadramento regulatório atualizado, estando adequado ao cenário macroeconômico atual. • Guepardo Valor Institucional FIF – CNPJ: 38.280.883/0001-03 - Na estrutura masterfeeder, o limite de concentração de recursos RPPS é verificado em relação ao fundo master e de acordo com a gestora em 18/05/2026 esse percentual era de 30,84%, estando dentro dos limites permitidos pela Res. CMN nº 5.272/2025. Conforme deliberação em reunião ordinária do Comitê de Investimentos em 27/04/2026, as instituições com fundos em situação de desenquadramento passivo foram oficiadas solicitando informações pertinentes acerca das medidas que estão sendo adotadas por essa instituição para regularização da situação, bem como eventual cronograma e estratégia prevista para o reenquadramento. Assim destacamos: • CAIXA BRASIL MATRIZ FIF RF - RL Em estudo para “masterização”, semelhante a realizada no CAIXA BRASIL REFERENCIADO DI, conforme acima. Previsão para definição de viabilidade: Agosto/2026 • CAIXA BRASIL AÇÕES LIVRE QUANTITATIVO RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES Em estudo para possível fusão de outras estratégias de Renda Variável do Portfólio CAIXA. Previsão para definição de viabilidade: Agosto/2026 • CAIXA INSTITUCIONAL RESP LIMITADA FIF AÇÕES BDR NÍVEL I Em estudo para alteração de política de investimento e/ou lançamento de produtos similares para alternativas de investimento Previsão para definição da viabilidade: Setembro/2026 • BTG PACTUAL S&P 500 BRL FIM – RL Sem previsão para enquadramento. Opção alternativa para enquadramento imediato através de ETF a ser estudado pelo Comitê de Investimentos. • XP INVESTOR DIVIDENDOS CI AÇÕES – RL Aguardando manifestação da XP Investimentos. Síntese da Situação da Carteira: A análise consolidada demonstra que a carteira de investimentos da Riopretoprev permanece, em sua ampla maioria, enquadrada aos limites, critérios e princípios estabelecidos pela Resolução CMN nº 5.272/2025, mantendo adequada diversificação entre os segmentos de aplicação e alinhamento às estratégias definidas na Política de Investimentos. As situações de desenquadramento identificadas decorrem exclusivamente da entrada em vigor da nova regulamentação, caracterizando desenquadramentos passivos relacionados, principalmente: • à classificação prudencial das instituições administradoras ou gestoras dos fundos de investimento; • ao percentual de participação conjunta de recursos de RPPS no patrimônio líquido de determinados fundos. Todos os casos encontram-se devidamente identificados, monitorados e diligenciados pelo Comitê de Investimentos e pela área técnica responsável, com acompanhamento contínuo junto às instituições financeiras, administradores, gestores e distribuidores envolvidos, inclusive quanto às medidas, cronogramas e alternativas apresentadas para eventual reenquadramento. Destaca-se, ainda, que parte relevante das situações já possui tratativas em andamento para regularização, incluindo processos de reenquadramento prudencial de instituições financeiras, alterações estruturais em fundos e estudos de reorganização operacional por parte das administradoras. Adicionalmente, observa-se que a própria Resolução CMN nº 5.272/2025 prevê prazo de até dois anos para permanência de recursos em situação de desenquadramento passivo, não havendo, desde sua vigência,

realização de novas alocações discricionárias em ativos desenquadrados. Assim, as decisões do Comitê de Investimentos permanecem pautadas pelos princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, transparência, aderência atuarial e preservação do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS.

DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS E O ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES ESTABELECIDAS NA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS Conforme os relatórios internos da RioPretoPrev e da LDB Consultoria, é notável que todos os fundos presentes na carteira estão em conformidade com a Política de Investimentos, aproximando-se dos objetivos estabelecidos. A análise dos diferentes segmentos, de acordo com os artigos, incisos e alíneas especificados, demonstra a aderência aos parâmetros previamente definidos: Renda Fixa: ✓ Art. 7º, I => 4,9% do PL (Objetivo: 2,50%; Limite entre 0% e 100%); ✓ Art. 7º, III => 63,07% do PL (Objetivo: 59,70%; Limite entre 0% e 100%); ✓ Art. 7º, V => 7,12% do PL (Objetivo: 9,00%; Limite entre 0% e 60%); ✓ Art. 7º, VI => 1,86% do PL (Objetivo: 1,80%; Limite entre 0% e 10%); Renda Variável: ✓ Art. 8º, I => 6,73% do PL (Objetivo: 7,00%; Limite entre 0% e 30%). ✓ Art. 8º, III => 4,02% do PL (Objetivo: 4,5%; Limite entre 0% e 10%). Investimentos no Exterior: ✓ Art. 9º, II => 0,93% do PL (Objetivo: 1,00%; Limite entre 0% e 10%); ✓ Art. 9º, III => 2,51% do PL (Objetivo: 3,0%; Limite entre 0% e 10%). Investimentos Estruturados: ✓ Art. 10º, I => 5,32% do PL (Objetivo: 7,00%; Limite entre 0% e 15%); ✓ Art. 10º, III => 3,54% do PL (Objetivo: 4,50%; Limite entre 0% e 10%). Essa aderência aos limites e diretrizes estabelecidos reforça a eficácia da gestão de investimentos da RioPretoPrev, evidenciando a coerência com os objetivos traçados na Política de Investimentos.

DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS ENTRE INSTITUIÇÕES E BENCHMARKS A alocação de recursos entre instituições e benchmarks na carteira da RIOPRETOPREV é detalhada a seguir: Banco do Brasil (R\$ 8,23 mi; 1,15% do PL): ✓ 04 fundos: 3 Invest. Exterior, 1 RF. Caixa (R\$ 73,35 mi; 10,23% do PL): ✓ 10 fundos: 2 RV local, 1 RV BDR, 07 RF. ✓ Notáveis: fundos DI Bradesco (R\$ 38,96 mi; 5,43% do PL): ✓ 01 fundos: RF DI ✓ Destaque: Fundo DI Premium, um dos melhores do segmento no mercado de RPPS. XP Investimentos (R\$ 14,03 mi; 1,96% do PL): ✓ 04 fundos: RV dividendos, Invest. Exterior e 2 FIPs (Pátria Investimentos e XP Selection Prime). ✓ Custódia das NTN-Bs (R\$ 452,21 mi; 63,07% do PL) ✓ Custódia LF BTG Pactual (R\$ 13,36 mi; 1,86% do PL) Santander (R\$ 9,83 mi; 1,37% do PL): ✓ 01 fundo: Exterior Global ESG, sem variação cambial. Western Asset (R\$ 13,35 mi; 1,86% do PL): ✓ 01 fundos: RV BDR. Kinea/Lions (R\$ 12,29 mi; 1,71% do PL): ✓ 01 fundo: FIP adquirido em 2017, em fase de desinvestimentos. Kinea/Intrag (R\$ 4,3 mi; 0,60% do PL): ✓ 01 fundo: FIP em captação inicial. BTG Pactual (R\$ 49,36 mi; 6,88% do PL): ✓ 05 fundos: RV de ações valor, Multimercado S&P 500, FIP Economia Real em captação inicial, FIP Infraestrutura também em fase de captação de recursos e exterior multimercado Banco Daycoval (R\$ 22,23 mi; 2,82% do PL): ✓ 02 fundos: 1 RV com gestão Tarpon e 1 com gestão Guepardo, ambos de ações valor. Vinci Compass (R\$ 1,79 mi; 0,25% do PL): ✓ 01 fundo: FIP em captação inicial Itaú

692 Unibanco (R\$ 2,78 mi; 0,39% do PL): ✓ 01 fundo: RV com pequena exposição em IE Banco Safra
693 (R\$ 2,94 mi; 0,41% do PL): ✓ 01 fundo: RV dividendos Essa estratégia reflete a abordagem criteriosa
694 da RIOPRETOPREV, buscando otimizar o retorno e gerenciar riscos eficientemente.
695 **DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DA CARTEIRA E COMENTÁRIOS SOBRE A**
696 **PERFORMANCE DOS FUNDOS E RESPECTIVOS SEGMENTOS** A presente seção
697 oferece uma análise detalhada da distribuição dos recursos da carteira da RioPretoPrev, apresentando uma
698 visão abrangente dos diferentes segmentos de investimento e seus respectivos fundos. Ao longo do texto, serão
699 fornecidos comentários aprofundados sobre o desempenho de cada fundo, destacando os resultados alcançados
700 em relação às metas estabelecidas e as condições de mercado enfrentadas durante o período em análise. Essa
701 análise crítica visa proporcionar uma compreensão integral da performance da carteira, oferecendo insights
702 valiosos para a tomada de decisões estratégicas futuras. **RENTA FIXA:** Ao final do mês de abril,
703 76,95% dos recursos (R\$ 551,75 milhões) foram alocados em Renda Fixa, conforme a Resolução n.º
704 5.272/2025 (art. 7º). O segmento encerrou o período com uma valorização média de 1,33%. Em abril
705 de 2026, o mercado de renda fixa brasileiro permaneceu favorecido pelo elevado patamar da taxa básica de
706 juros, mesmo após a continuidade do processo gradual de redução da Selic, em um ambiente ainda marcado
707 por cautela em relação à inflação e ao cenário fiscal. Os ativos pós-fixados e atrelados ao CDI continuaram
708 apresentando desempenho consistente, refletindo a manutenção de juros reais elevados, enquanto os títulos
709 indexados à inflação também foram beneficiados pelo fechamento parcial da curva de juros reais no período.
710 Nesse contexto, os principais índices de renda fixa registraram resultados positivos, com destaque para o
711 IMA-B (+1,81%), além do CDI (+1,09%), IMA-S (+1,09%), IRF-M (+1,24%) e IDA-DI
712 Crédito Privado (+1,23%). O cenário reforçou a atratividade da renda fixa doméstica e a importância da
713 estratégia de alocação em ativos conservadores e indexados à inflação no contexto previdenciário. Ao final de
714 março, a carteira de Renda Fixa terminou composta por nove fundos ativos, representando 12,02% da
715 carteira: sendo seis fundos 100% Títulos Públicos, totalizando 4,9% da carteira, representados pelo Artigo
716 7º I, rendendo 1,09%. Três fundos lastreados em ativos de curto prazo, representados por fundos DI, os
717 quais correspondem a 7,12% da carteira e renderam em média 1,09%, compondo o Artigo 7º V. Em
718 relação aos títulos públicos federais, o segmento fechou com 63,07% do PL da carteira e apresentou uma
719 rentabilidade média de 1,37%, tendo sido feita uma aquisição de aproximadamente R\$ 12 milhões no
720 vencimento 2031, com marcação na curva e taxa de IPCA+7,815% a.a., com os recursos resgatados no
721 fundo BTG Pactual S&P-500 FIM em deliberação por realização de lucro no segmento na reunião
722 ordinária do Comitê de Investimentos em 27/04/2026. As Letras Financeiras da carteira tiveram
723 rendimento médio de 1,51% no mês, representando 1,86% do PL. O fundo em destaque do segmento foi:
724 CAIXA BRSIL IRF-M TP FIF RF LP RESP LIMITADA, fechando o mês com rentabilidade de
725 1,25%. De forma geral, a Renda Fixa encerrou o mês com uma valorização de R\$ 7.032.988,92,
726 rendimento médio de 1,33%. **RENTA VARIÁVEL:** No mês de abril, 10,75% (R\$ 77,06 milhões)
727 dos recursos terminaram alocados em Renda Variável, conforme a Resolução n.º 5.272/2025 (art. 8º):
728 em fundos de ações (Art. 8º, I), 6,73% da carteira e se desvalorizaram em média 0,26% no mês. E em
729 fundos BDR (Art. 8º, III), 4,02% da carteira e valorizaram em média 7,19% no mês. Em abril de
730 2026, o mercado de renda variável doméstico apresentou desempenho praticamente estável, com o Ibovespa

731 registrando leve variação negativa de -0,08% no mês, após a forte valorização observada no primeiro
732 trimestre do ano. O período foi marcado por maior cautela dos investidores diante das incertezas relacionadas
733 ao cenário fiscal, à trajetória da inflação e à condução da política monetária, mesmo com a continuidade do
734 processo gradual de redução da taxa Selic. Além disso, o aumento da volatilidade nos mercados
735 internacionais e as tensões geopolíticas também contribuíram para um ambiente mais defensivo. Ainda
736 assim, o mercado acionário brasileiro permaneceu sustentado pelo fluxo de capital estrangeiro e pela
737 atratividade relativa dos ativos locais, especialmente diante do elevado diferencial de juros e dos preços
738 considerados descontados em diversos setores da bolsa brasileira. Os recursos do Art. 8º, I fecharam
739 distribuídos entre vários segmentos de mercado, como: Dividendos, Alocação em Segmentos de
740 Mercado/ Ações Livre e Fundos de "Valor" e tiveram desempenhos mistos com fundos fechando em campo
741 positivo e outros negativo. O destaque no mês foi o fundo ITAÚ AÇÕES DUNAMIS FIF CIC RL
742 com 4,99%, já na outra ponta tivemos o TARPON GT INSTITUCIONAL FIF com -2,85%, cujo
743 acompanhamento já vem sendo realizado pelo Comitê de Investimentos. Já no Art. 8º, III, composto pelos
744 fundos BDR, todos os fundos tiveram excelente resultado no mês apresentando rentabilidade média de
745 7,19%, recuperando parte da desvalorização do ano, beneficiados principalmente pela recuperação parcial
746 dos mercados internacionais no período. Mesmo com a continuidade da valorização do real frente ao dólar,
747 fator que tende a reduzir os retornos em reais, a alta das bolsas globais, especialmente das empresas de
748 tecnologia norte-americanas, contribuiu para sustentar o resultado da classe. O desempenho demonstra a
749 importância dos BDRs como instrumento de diversificação da carteira, permitindo exposição a empresas e
750 setores globais com baixa correlação ao mercado doméstico. De forma geral, a renda variável encerrou o mês
751 com valorização de R\$ 1.804.771,72, correspondendo a 2,4%. INVESTIMENTOS NO
752 EXTERIOR: No mês de abril, 3,44% (R\$ 24,7 milhões) dos recursos foram destinados a Investimentos
753 no Exterior, seguindo a Resolução n.º 5.272/2025 (art. 9º), e o segmento teve valorização média de 6,93%
754 no mês. O cenário internacional em abril de 2026 permaneceu marcado por elevada volatilidade e aumento
755 das incertezas geopolíticas, especialmente em razão das tensões no Oriente Médio e da continuidade das
756 disputas comerciais entre grandes economias. Nos Estados Unidos, a economia seguiu resiliente, enquanto
757 a inflação ainda pressionada manteve o mercado atento à condução da política monetária pelo Federal
758 Reserve. Apesar desse ambiente de cautela, os principais índices acionários globais apresentaram recuperação
759 no mês, com destaque para o MSCI World em moeda original, que avançou 9,45%, e para o S&P 500
760 em moeda original, com valorização de 10,42%, impulsionados principalmente pelo desempenho das
761 empresas de tecnologia. Em reais, os índices também registraram desempenho positivo, ainda que
762 parcialmente reduzido pela valorização do real frente ao dólar no período. Nos fundos de Investimento no
763 Exterior – Investidor Qualificado (art. 9º, II), ficaram alocados 0,93% do patrimônio líquido (PL) da
764 Riopretoprev, totalizando R\$ 6,69 milhões, e esses fundos fecharam o mês com valorização média de 4,06%.
765 Nos fundos de Investimento no Exterior – Investidor Geral (art. 9º, III), ficaram alocados 2,51% da
766 carteira, com valorização média de 8,04%. Todos os fundos do segmento apresentaram rentabilidade
767 positiva no mês, cabe aqui destaque para o fundo SANTANDER GO GLOBAL EQUITY ESG
768 REAIS IS MULT IE FIF RL que rendeu 11,27%. No geral, o segmento de Investimentos no Exterior
769 (IE) encerrou o mês com uma valorização de R\$ 1.600.660,65, o que corresponde a uma rentabilidade

negativa de 6,93%. **INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS:** No mês de abril, 8,86% (R\$ 63,5 milhões) dos recursos fecharam alocados em Investimentos Estruturados. Em fundos Multimercados (art. 10º, I), ficaram 5,32% do patrimônio líquido (PL) da Riopretoprev, totalizando R\$ 38,12 milhões, com uma valorização de 11,26%, representados pela estratégia S&P-500. Nessa estratégia houve desinvestimento parcial de R\$ 12 milhões, de acordo com deliberação do Comitê de Investimentos em 27/04/2026, com realização de lucro no segmento e realocação dos recursos em títulos públicos federais. Nos fundos de participação (art. 10º, III), ficaram 3,54% do PL, o equivalente a R\$ 25,38 milhões, alocados no FIP Kinea IV, no FIP Kinea V, no FIP BTG Pactual Economia Real II Multiestratégia, no BTG Pactual Infraestrutura III, no Pátria PE VII Advisory FIP Multi - Classe C, no FIP VCP IV e no XP Selection Prime com uma desvalorização média no segmento de - 0,3% no mês. Houve integralização de Capital nos fundos BTG PACTUAL INFRAESTRUTURA III FEEDER FIP ME e no XP SELECTION PRIME, totalizando R\$ 772,6 mil. Apenas o fundo KINEA PRIVATE EQUITY IV apresentou resultado positivo com valorização de 0,06% no mês. No geral, o segmento de Investimentos Estruturados encerrou o mês com uma valorização de R\$ 4.889.016,74, rentabilidade média de 7,09% no mês. **DISPONIBILIDADE FINANCEIRA** No fechamento do mês de abril de 2026 todos os recursos estavam aplicados no mercado financeiro fechando as contas com saldo zerado. Abaixo segue uma análise detalhada dos principais indicadores que permite observar o desempenho: **RENDIMENTO FINANCEIRO x META ATUARIAL** no mês de abril de 2026: **RENDIMENTO** em abril-2026 (em R\$): 15.327.438,03, **RENDIMENTO** em abril-2026 (em %): 2,2%, **META ATUARIAL** em abril -2026 (%): 1,11%, **RAZÃO:** **RENDIMENTO FINANCEIRO x META ATUARIAL (%) EM ABRIL2026:** 198,2%, **RAZÃO:** **RENDIMENTO FINANCEIRO x META ATUARIAL ANUAL:** **RENDIMENTO** ano (em R\$): 28.477.758,58, **RENDIMENTO** ano (em %): 4,17%, **META ATUARIAL** ano (%): 4,43%, **RAZÃO:** **RENDIMENTO FINANCEIRO x META ATUARIAL ano (%):** 94,13%, **META GERENCIAL (IMA-B) (%)**: 4,85%, **CDI (%)**: 4,54%, **IRF M1 (%)**: 4,31%, **IBOVESPA (%)**: 16,26%, **IBX-50 (%)**: 17,61%, **S&P 500 (BRL) (%)**: -4,52%, **S&P 500 (USD) (%)**: 5,31%, **MSCI ACWI (BRL) (%)**: -3,75%, **MSCI ACWI (USD) (%)**: 6,16%. **PERFORMANCE NOS ÚLTIMOS PERÍODOS:** **ATINGIMENTO DA META ATUARIAL NOS ÚLTIMOS 3 MESES:** 83,1%, **NOS ÚLTIMOS 6 MESES:** 104,62%, **NOS ÚLTIMOS 12 MESES:** 145,1, **NOS ÚLTIMOS 24 MESES:** 124,36%, **NOS ÚLTIMOS 36 MESES:** 130,23%, **NOS ÚLTIMOS 48 MESES:** 114,01%, **DO ANO EM CURSO:** 94,13%, **DESDE O INÍCIO DA ADMINISTRAÇÃO DA CARTEIRA:** 66,05%, **DESDE O INÍCIO DA RIOPRETOPREV:** 89,33%. Adriano Antônio Pazianoto mostrou a análise de risco da carteira, constatando que todos os segmentos estão dentro dos limites de VaR (Value at Risk) estabelecidos na Política de Investimentos e atendendo, também, à Política de Riscos. Também mostrou, em relação a liquidez da carteira, que 28,05% dos ativos são resgatáveis em até 30 dias, dentro do limite mínimo de 20%. Não havendo dúvidas, colocadas em votação, **restaram aprovadas, por unanimidade, as informações sobre os investimentos da entidade no mês de abril de 2026.** Em seguida o colegiado

809 analisou as decisões tomadas pelo Comitê de Investimentos nas reuniões ordinárias e
810 extraordinárias do mês de maio/2026 (Interno nº 581/2026), a saber: Reunião ordinária do
811 dia 11 de maio de 2026: 1) Atendimento dos Srs. Marcos Almeida, Ronaldo Oliveira, Jordanno Santos
812 e Petrotielli Panfiete da LDB Consultoria com apresentação do estudo de Asset Liability Mangement
813 (ALM) 2026; 2) Aprovação da ata nº 267 de 22/04/2026; 3) Deliberação pela alocação dos recursos
814 a serem recebidos de cupom de NTN-B ímpar em maio/2026 (cerca R\$ 5,4 mi) juntamente com os
815 recursos resgatados do XP INVESTOR DIVIDENDOS CI AÇÕES – RL, CNPJ:
816 16.575.255/0001-12 (R\$ 1mi) e SANTANDER GO GLOBAL EQUITY REAIS IS MULT
817 IE - FIF RL, CNPJ: 34.258.351/0001-19 (R\$ 3mi) em títulos públicos federais, NTN-B vencimento
818 2037, com remuneração acima de IPCA+7,00%, acima da meta atuarial, marcados na curva. A
819 movimentação se manterá dentro dos limites previstos na Política de Investimentos e Riscos de 2026 e está
820 em linha com as indicações trazidas no último estudo de ALM (2026); 4) Análise do relatório do 4º
821 trimestre 2025 do FIP BTG Infraestrutura III; 5) Deliberação, por unanimidade, pela integralização de
822 recursos referentes a 12ª chamada de capital do FIP KINEA PRIVATE EQUITY V FEEDER
823 INSTITUC I FIP MULTI, CNPJ: 41.745.796/0001-99, com utilização do saldo disponível em
824 conta de benefícios previdenciários da Caixa Econômica Federal, se disponível, e/ou pelo resgate de recursos
825 necessários do fundo CAIXA BRASIL RF REF DI LP, CNPJ: 03.737.206/0001-97. Reunião
826 ordinária do dia 25 de maio de 2026: 1) Aprovação, por unanimidade, da ata nº 268 de 27/04/2026;
827 2) Aprovação do relatório de investimentos do 1º trimestre de 2026 com encaminhamento para aprovação
828 dos conselhos fiscal e municipal de previdência; 3) Aprovação, por unanimidade, da atualização dos
829 credenciamentos das seguintes instituições e fundos com encaminhamento ao CMP para referendo: Gestor:
830 VINCI CAPITAL GESTORA DE RECURSOS LTDA, CNPJ: 11.079.478/0001-75;
831 Fundo: VINCI CAPITAL PARTNERS IV FEEDER B FUNDO DE INVESTIMENTO
832 EM PARTICIPAÇÕES, CNPJ: 42.847.134/0001-92; 4) Atendimento dos Srs. Ronaldo Oliveira
833 e Jordanno Santos da LDB Consultoria, Joel La Banca e Robert Rittscher da Galápagos, e Felipe
834 Kheirallah e Heitor Nunes da Orquess; 5) Elaboração de manifestação sobre o Requerimento nº
835 724/2026 da 15ª sessão do ver. Jean Dornellas; 6) Aprovação, por unanimidade, das informações sobre
836 Investimentos do mês 04/2026, com emissão de parecer favorável quanto à sua precisão e conformidade; 7)
837 Ciência sobre as respostas aos questionamentos em relação aos desenquadramentos passivos da carteira dado
838 pelas instituições oficiadas; 8) Deliberação, por unanimidade, pela utilização de recursos da conta corrente
839 de benefícios da CEF, 000575270695-1, caso haja recursos disponíveis na data da integralização ou, se
840 necessário, resgate da quantia necessária do fundo CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS
841 PÚBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO RENDA FIXA -
842 RESPONSABILIDADE LIMITADA, CNPJ: 10.740.670/0001-06, para integralização da 11ª
843 Chamada de Capital do BTG PACTUAL INFRAESTRUTURA III FEEDER FIP
844 MULTIESTRATEGLA, CNPJ 49.430.776/0001-30. Então, restaram **referendadas, por**
845 **unanimidade, as decisões do Comitê de Investimentos relativas ao mês de maio, de**
846 **2026.** O Presidente do Colegiado, Adriano Antônio Pazianoto, informou que, no mês de maio, a
847 RioPretoPrev realizou reunião com sua consultoria de investimentos para tratar da possibilidade de

848 utilização do empréstimo consignado como alternativa de investimento, tema anteriormente
849 levantado no Conselho e que vem recebendo destaque em congressos e eventos da área. Relatou
850 que a Autarquia tem sido procurada por diversas empresas interessadas em intermediar esse tipo de
851 operação, razão pela qual o Comitê de Investimentos iniciou estudos sobre o assunto. Esclareceu
852 que será elaborado estudo técnico para posterior apresentação aos Conselhos, oportunizando
853 também o diálogo com empresas do setor, de modo que os conselheiros possam formar opinião
854 antes de eventual deliberação. Destacou que a definição da Política de Investimentos, prevista para
855 os meses de novembro e dezembro, poderá ser o momento adequado para aprofundar a análise ou
856 adotar providências, caso se entenda pertinente. Informou, ainda, que o Comitê vem observando
857 experiências de outros RPPS, como o GuarujáPrev, verificando, preliminarmente, que a
858 rentabilidade da carteira de empréstimos consignados daquele regime, nos três primeiros meses do
859 ano, foi inferior à rentabilidade obtida pela RioPretoPrev em aplicações em títulos públicos.
860 Também mencionou levantamento preliminar das taxas praticadas no mercado local de consignado
861 para servidores municipais, indicando taxas mínimas em torno de 1,15% a 1,30% ao mês,
862 semelhantes às observadas em operações de outros RPPS, o que torna mais difícil, no atual cenário
863 de juros elevados, competir com os bancos e, ao mesmo tempo, obter retorno atrativo para a
864 carteira. Por fim, ressaltou que o tema continuará sendo estudado, pois, em eventual cenário futuro
865 de queda relevante da taxa básica de juros, o empréstimo consignado poderá se mostrar alternativa
866 interessante de diversificação, desde que devidamente analisado, regulamentado em âmbito
867 municipal e aprovado pelos órgãos competentes. O Diretor Técnico, Wilclem de Lazari Araujo,
868 complementou que o tema do empréstimo consignado exige cautela, pois há possível conflito entre
869 o interesse do servidor em obter crédito com menor custo e a obrigação do RPPS de buscar
870 rentabilidade suficiente para cumprir a meta atuarial. Destacou que, ainda que alguns institutos
871 possam apresentar bons resultados com essa modalidade, a RioPretoPrev deve avaliar se existem
872 alternativas de investimento com maior retorno, melhor liquidez e risco compatível. Ressaltou que,
873 atualmente, o objetivo do Instituto é obter a melhor rentabilidade possível com adequada liquidez,
874 característica que o empréstimo consignado não oferece da mesma forma. Por fim, esclareceu que
875 o assunto continuará sendo estudado pelo Comitê de Investimentos, sem que nenhuma
876 possibilidade esteja descartada neste momento. O Presidente do Colegiado, Adriano Antônio
877 Pazianoto, acrescentou que o estudo sobre empréstimo consignado também envolve preocupações
878 jurídicas relevantes, especialmente quanto à eventual exigência de seguro prestamista. Explicou que,
879 considerando o perfil do público atendido, inclusive servidores aposentados e idosos, haveria
880 preocupação com a segurança do recebimento das parcelas, mas também com o risco de
881 caracterização de venda casada caso o segurado fosse obrigado a contratar seguro vinculado ao
882 empréstimo. Ressaltou que, diante da jurisprudência atual, eventual imposição desse tipo poderia
883 ser questionada judicialmente, gerando riscos à Autarquia. Informou que, quando houver
884 oportunidade de apresentação por empresas interessadas, a RioPretoPrev pretende submeter o
885 modelo a análise rigorosa, questionando pontos jurídicos, operacionais e de responsabilidade, pois
886 há receio de que eventuais problemas judiciais decorrentes da operação acabem recaindo sobre o
887 Instituto. O Diretor Técnico, Wilclem de Lazari Araujo, complementou que, nas conversas
888 realizadas com empresas interessadas em prestar serviços relacionados ao empréstimo consignado,
889 a RioPretoPrev tem questionado especialmente o suporte jurídico e operacional após a contratação.
890 Relatou que, embora as empresas ofereçam apoio no atendimento, sistema e estrutura inicial,

891 quando questionadas sobre situações posteriores, como ação revisional, cancelamento de seguro,
892 falecimento do segurado ou necessidade de cobrança judicial, a resposta usual é de que tais
893 responsabilidades ficariam a cargo da própria Autarquia. Diante disso, destacou que esse risco
894 precisa ser cuidadosamente mensurado no estudo, pois eventuais problemas jurídicos e
895 operacionais podem recair sobre a RioPretoPrev. O Presidente do Colegiado, Adriano Antônio
896 Pazianoto, concluiu que o Comitê de Investimentos elaborará estudo sobre o empréstimo
897 consignado como alternativa de investimento, a ser posteriormente apresentado ao Conselho,
898 podendo também oportunizar a participação dos conselheiros em reuniões com empresas do setor
899 para melhor compreensão do mercado. Destacou, ainda, preocupação com eventual pressão política
900 futura para redução das taxas de juros em benefício dos servidores, o que poderia comprometer a
901 rentabilidade e os objetivos previdenciários do RPPS. Por essa razão, ressaltou a necessidade de
902 regulamentação municipal clara, inclusive com eventual definição de parâmetros mínimos de taxa,
903 de modo a equilibrar o interesse social dos servidores com a responsabilidade da RioPretoPrev de
904 preservar a sustentabilidade do regime. Por fim, afirmou que a implantação de eventual modelo
905 exigirá ampla governança, cautela técnica e participação do Conselho na análise do tema. A
906 Conselheira Rosimere Cleide Souza Desidério esclareceu que, nos congressos, os conselheiros têm
907 contato com empresas apresentando produtos e soluções, o que pode despertar interesse e
908 curiosidade sobre determinados temas, como o empréstimo consignado. Ressaltou, contudo, que
909 essas propostas precisam ser avaliadas tecnicamente, com análise de riscos, impactos e viabilidade,
910 antes de qualquer decisão. Destacou que entende como papel dos conselheiros trazer ao debate os
911 assuntos relevantes apresentados nos eventos, mas que a eventual adoção deve depender de estudo
912 aprofundado pelo Comitê de Investimentos e pelos órgãos técnicos da RioPretoPrev, cuja análise
913 será fundamental para subsidiar a deliberação do Conselho. O Presidente do Colegiado, Adriano
914 Antônio Pazianoto, reforçou que o estudo sobre empréstimo consignado deverá envolver não
915 apenas o Comitê de Investimentos, mas também o Conselho, inclusive com participação em
916 reuniões com empresas do setor e com a consultoria de investimentos, a fim de que todos
917 compreendam o funcionamento do mercado e os riscos envolvidos. Destacou que o Comitê tende
918 a avaliar prioritariamente o menor risco e o melhor retorno possível para a carteira, razão pela qual
919 é importante que os estudos, discussões e fundamentos fiquem devidamente registrados em ata.
920 Observou que o tema também pode gerar cobrança dos servidores, por se tratar de modalidade que
921 poderia, em tese, oferecer crédito em condições mais favoráveis, mas ressaltou que eventual
922 implantação exigiria governança robusta, regulamentação adequada e proteção contra usos
923 incompatíveis com a melhor técnica previdenciária. Citou, como exemplo da necessidade de
924 comparação entre alternativas, a aquisição recente de títulos públicos com rentabilidade de IPCA
925 acrescido de 7,5% ao ano, equivalente a retorno elevado e com baixo risco relativo, reforçando que
926 as decisões devem sempre considerar risco, retorno e segurança. Em seguida, informou que, ao
927 final de maio, a carteira da RioPretoPrev apresentou rentabilidade de 1,28% no mês e 5,49% no
928 acumulado do ano, igualando a meta atuarial no período, que também foi de 5,49%, recuperando a
929 defasagem observada nos meses anteriores. Ao final, informou que manterá os conselheiros
930 atualizados sobre o procedimento de locação do imóvel, inclusive com envio do link do edital e da
931 sessão eletrônica, caso o processo avance, ressaltando que tudo ocorrerá de forma transparente e
932 com expectativa de participação de interessados para que o valor não permaneça apenas no mínimo
933 de avaliação. Por fim, colocou a Diretoria à disposição dos conselheiros para esclarecimentos a

934 qualquer tempo e agradeceu a participação de todos. Sem mais assuntos, eu, Adriano Antônio
935 Pazianoto (assinatura *digital*), lavro a presente ata que, para fins de consolidação, vai assinada
936 por mim e pela Secretária do Colegiado, Teresa Cristina Sicoli Vilela (assinatura *digital*). Ata
937 aprovada, por unanimidade, na reunião virtual de 02/07/2026 (reunião ordinária de julho
938 de 2026). *Assinaturas Digitais na margem do termo.*



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: CC03-AB0D-C839-5EA4

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ADRIANO ANTONIO PAZIANOTO (CPF 327.XXX.XXX-48) em 02/07/2026 12:29:57 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: AC SOLUTI Multipla v5 << AC SOLUTI v5 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)



GIULIANO CLEBER COLTRO (CPF 213.XXX.XXX-59) em 02/07/2026 15:32:55 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: AC SOLUTI Multipla v5 G2 << AC SOLUTI v5 G2 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)



MÁRIO JOSÉ PICCARELLI DE CASTRO (CPF 219.XXX.XXX-01) em 02/07/2026 17:41:08 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



BRUNO SANTANA COSTA (CPF 070.XXX.XXX-84) em 03/07/2026 09:46:22 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



SILVANA APARECIDA DA ROCHA DELFINO (CPF 250.XXX.XXX-16) em 08/07/2026 13:14:30
GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



ROSIMERE CLEIDE SOUZA DESIDERIO (CPF 161.XXX.XXX-36) em 13/07/2026 17:16:10 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://riopretoprev.1doc.com.br/verificacao/CC03-AB0D-C839-5EA4>